

MPV 544

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 6/10/2011	Proposição Medida Provisória nº 544, de 2011
-------------------	---

Deputado <i>Mendonça Filho - PE - P2</i>	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

O Capítulo II da Medida Provisória nº 544, de 2011, estabelece procedimento diferenciado para compras e contratações de Produtos de Defesa (PRODE) ou Sistema de Defesa (SD), e do seu desenvolvimento, cujas regras observarão o disposto no texto da MP, aplicando-se, de forma complementar, os dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de agosto de 1993.

Não obstante as peculiaridades inerentes aos produtos e sistemas de defesa, a adoção de legislação especial dirigida a compras e contratações públicas tem se tornado fato rotineiro na administração pública brasileira, a exemplo da recente aprovação da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, aplicável às licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Em consequência, tem-se observado um contínuo processo de esvaziamento do alcance da Lei nº 8.666/1993 – lei geral sobre licitações e contratos da administração pública – em prol de mecanismos de contratação de eficácia duvidosa e carentes da necessária transparência quanto à boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Desta forma, muito embora seja louvável o esforço no sentido de reorganizar a indústria de defesa nacional e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, a adoção de um mecanismo diferenciado de licitação e contratação afronta o princípio constitucional da isonomia, além dos princípios básicos da impessoalidade e da igualdade.

PARLAMENTAR

